

Le Monde
diplomatique

EDIÇÃO PORTUGUESA

ESTE PAÍS NÃO EXISTE

ALFREDO MARGARIDO
ANA SANTOS
BRUNO MONTEIRO
CLAÚDIA CASTELO
DIOGO RAMADA CURTO
ELSA PERALTA
INÊS BRASÃO
IRENE FLUNSER PIMENTEL
ISABEL CASTRO HENRIQUES
JOÃO LEAL
JOSÉ BORGES REIS
JOSÉ MANUEL SOBRAL
JOSÉ NUNO MATOS
LUÍS BERNARDO
MANUELA RIBEIRO SANCHES
MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO
NUNO DOMINGOS
PAULA GODINHO
PEDRO SANCHES DUARTE
SÍLVIA CORREIA
VICTOR PEREIRA

DERIVA

TÍTULO ESTE PAÍS NÃO EXISTE

AUTORES ALFREDO MARGARIDO, ANA SANTOS, BRUNO MONTEIRO, CLÁUDIA CASTELO, DIOGO RAMADA CURTO, ELSA PERALTA, INÊS BRASÃO, IRENE FLUNSER PIMENTEL, ISABEL CASTRO HENRIQUES, JOÃO LEAL, JOSÉ BORGES REIS, JOSÉ MANUEL SOBRAL, JOSÉ NUNO MATOS, LUÍS BERNARDO, MANUELA RIBEIRO SANCHES, MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO, NUNO DOMINGOS, PAULA GODINHO, PEDRO SANCHES DUARTE, SÍLVIA CORREIA, VÍCTOR PEREIRA

ORGANIZAÇÃO BRUNO MONTEIRO E NUNO DOMINGOS

ISBN

978-989-8701-07-7

REFERÊNCIA

1510001

FORMATO

12x19 cm

1ª EDIÇÃO

JANEIRO 2015

1ª EDIÇÃO

DEPÓSITO LEGAL

385749/14

IMPRESSÃO

RAINHO & NEVES, LDA.

DERIVA EDITORES

TELF 00351 22 536 51 45

EMAIL infoderivaeditores@gmail.com

derivaeditores.blogspot.pt

derivadaspalavras.blogspot.pt

Esta edição é uma parceria entre a Outro Modo, Cooperativa Cultural e a Deriva Editores.

Reservados todos os direitos. Esta edição não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, gravação ou outros, sem prévia autorização da Editora.

© Le Monde Diplomatique, 2015

ESTE PAÍS NÃO EXISTE

TEXTOS CONTRA IDEIAS-FEITAS

ORGANIZAÇÃO

BRUNO MONTEIRO E NUNO DOMINGOS

1982: da greve geral à madrugada sangrenta

Sílvia Correia e José Nuno Matos
Historiadora, Universidade Federal do Rio de Janeiro
e Sociólogo, Investigador no ICS-UJ

Durante uma visita às festas de Campo Maior, o atual primeiro-ministro Pedro Passos Coelho declarou ser necessário não confundir o exercício do direito à manifestação e à greve com a postura daqueles *que pensam que podem incendiar as ruas e ajudar a queimar Portugal* (Público 2011). Num contexto em que se torna evidente a distinção entre «bons» e «maus» manifestantes, «pacíficos» e «violentos», «cidadãos» e «radicais» importa recordar eventos passados em que os primeiros se viam reduzidos à condição dos segundos.

Há trinta anos atrás, no ano de 1982, o país encontrava-se sob governo da Aliança Democrática (AD), formação política composta por PPD/PSD, CDS e monárquicos. O seu programa era a austeridade, embora a ordem discursiva de então fizesse expressar de outro modo a flexibilização da lei dos despedimentos (numa conjuntura de expansão de contratos-a-prazo), a imposição de tetos salariais, os aumentos de taxas e cortes ao nível da saúde e da habitação e, finalmente, a proposta de revisão constitucional a apontar para o fim das nacionalizações e da reforma agrária.

A radicalidade de tais medidas, consubstanciadas pela situação de crise vivida (com cerca de 400 000 trabalha-

dores desempregados), tem como resposta a convocação daquela que seria a primeira greve geral do então ainda jovem regime democrático. Sem a participação da União Geral de Trabalhadores (UGT), o governo AD inicia de imediato uma campanha de difamação da CGTP-IN, insinuando uma aproximação da central sindical ao fenómeno da luta armada, ainda ativo. Cerca de uma semana antes da greve, marcada para o dia 12 de Fevereiro de 1982, um engenho explosivo destrói parte da casa de Torres Couto, à altura líder da UGT. Na sequência deste acontecimento, em entrevista ao telejornal da RTP, o dirigente sindical insinua a existência de uma relação entre o atentado e a ação da Intersindical: *esta sabe que sem a nossa adesão a greve não terá o êxito que eles gostariam que tivesse e, por conseguinte, tem que recorrer a algumas forças anti-democráticas, a métodos desta natureza*¹.

Entre acusações de que a iniciativa visava a destabilização do regime e promessas de proteção aos que optassem por não exercer o direito à greve, o governo envia um ofício à CGTP-IN onde afirma ter chegado ao seu conhecimento informações relativas a pressões *junto das populações, convidando-as a aderir à greve de dia 12 de Fevereiro, sob pena de retaliações graves*. No mesmo comunicado, as autoridades prometem *responsabilizar até às últimas consequências os elementos provocatórios passíveis de comportamento ilícito, bem como reforçar os serviços de segurança e de proteção às populações, garantindo genericamente o direito à segurança de todos, incluindo os que quiserem trabalhar*². Paralelamente, o Ministério da Administração Interna (MAI) faz seguir

¹ CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 195, «Resultados», «Declarações de Torres Couto ao Telejornal do dia 7.2.82».

² CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 189, «Contactos com entidades oficiais», Ofício do Gabinete do Ministro ao Secretário-geral da CGTP-Intersindical Nacional, 8 de Fevereiro de 1982.

para as forças policiais *vários textos que caracterizavam a ação dos sindicatos como perigosa manobra golpista contra... a democracia* (O Diário 24 de Fevereiro de 1982).

No dia da greve, as notícias não enfatizarão os cerca de 1 500 000 trabalhadores em greve (números da CGTP). Tampouco as inúmeras tentativas de intimidação a grevistas – do impedimento da organização de plenários e piquetes nos locais de trabalho às ameaças de não renovação de contratos-a-prazo, passando por processos disciplinares, suspensões, ou faltas injustificadas – foram alvo de destaque. A atenção acabará por se centrar em alguns atos de sabotagem, como o apedrejamento de autocarros em serviço ou o tão famigerado recurso à colocação de pregos na estrada. Num telex de 3,70 metros enviados pelo MAI aos meios de comunicação social, chega-se mesmo a mencionar *um pinheiro de pequeno porte* (O Dia 19 de Fevereiro de 1982), utilizado no bloqueio de uma via.

A tese da insurreição, alimentada pelo então ministro da AI Ângelo Correia, acabará por apostar nos resultados da detenção de três pessoas, ao final do dia, ao redor de um automóvel estacionado na zona do Parque Eduardo VII. A apreensão de armas, de material de emissão radiofónica e de gravações onde se afirmava o apoio à greve, e a consequente suspeita de envolvimento das FP-25, levaram Ângelo Correia a juntar os pontos soltos. Por mais distanciados que estivessem um dos outros, todos eles foram juntos num puzzle, o qual, nas suas próprias palavras, assinalava um *plano subversivo e desestabilizador tendente a alterar a ordem democrática* (O Jornal 19 de Fevereiro de 1982).

O discurso criado acabou por ter repercussões na atuação das próprias forças de segurança, constatando-se, ao longo do dia, várias cargas policiais sobre concentrações de trabalhadores. Na Praça do Rossio, em Lisboa, a atua-

ção da Polícia de Intervenção (PI) provoca vários feridos, inclusivamente entre jornalistas presentes no local, aos quais não valeu, segundo as declarações do profissional Joaquim Bizzaro ao jornal *O Dia*, ostentar o cartão de imprensa e gritar «somos jornalistas» (O Dia 13 de Fevereiro de 1982).

Mais tarde, já à noite, uma caravana de automóveis em festejo do sucesso da greve é sujeita a uma *operação stop*. Argumentando a procura por armas, os vários carros em desfile foram barrados e revistados, tendo alguns dos seus proprietários sido detidos e agredidos. De acordo com o relato do jornal *o Diário*, *Numa das viaturas descobriram uma faca ferrugenta, inutilizada, jazendo numa caixa de ferramentas. A condutora do veículo não foi dispensada de passar pela esquadra do D. Maria, «para identificação». Antes disso, os revistadores tinham informado os revistados de «hoje vamos acabar com a vossa seita toda»* (O Diário, 14 de Fevereiro de 1982).

O cariz da operação policial que, conforme admitiu Ângelo Correia, contou com a coordenação de elementos da GEO (a polícia espanhola anti-terrorista), levou a que, face à ausência de provas credíveis, o ministro recuasse nas suas posições. Perante questões impertinentes de jornalistas, no âmbito do programa da RTP-2 «Clube de Imprensa», o ministro evitará explicações mais detalhadas sobre os acontecimentos, remetendo-as para a categoria de «segredos de Governo» (O Jornal *idem*).

Por sua vez, o juiz do 1.º Juízo de Instrução Criminal de Lisboa não deu sequer como indiciadas as acusações de crimes de rebelião e contra a segurança de Estado contra os três detidos do Parque Eduardo VII, limitando-se a acusação ao crime de posse ilegal de armas de guerra (*Diário Popular* 10 de Fevereiro de 1982).

As insinuações e acusações haviam, no entanto, sido criadas e difundidas, ajudando a preparar o terreno para os desafios do amanhã.

A madrugada sangrenta

No Porto, os festejos do 1.º de Maio organizados pela CGTP-IN decorriam, habitualmente, na Praça da República. Naquele ano, porém, a resposta à requisição do espaço público por parte do governo civil, então dirigido por Rocha Pinto (militar na reserva próximo do CDS), havia tardado. Oito meses depois do primeiro contacto, realizado a 4 de Maio, a União de Sindicatos do Porto (USP) renova o seu comunicado, obtendo, poucos dias depois, a informação de que as respetivas áreas já haviam sido requisitadas pela UGT a 27 de Abril de 1981, ou seja, ainda antes do 1.º de Maio de 1981. Semanas depois, a USP declarava não aceitar a decisão das autoridades, uma vez que, conforme estipulado por lei, qualquer indeferimento necessitaria de ser realizado no prazo de 24 horas seguidas à comunicação inicial, convocando a sua concentração para a Praça General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça Geral da Liberdade.

O relatório produzido pela Procuradoria-geral da República (PGR) em torno dos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto refere que, embora não se possa contestar o direito da UGT a usufruir daqueles espaços, *a falta de resposta atempada aos avisos feitos pelas organizações sindicais em nada contribuíram para clarificar a situação e esclarecer, com a devida antecedência, os direitos de cada uma dessas organizações* (USP 1983, 91). Fonte próxima do governo chega mesmo a afirmar ao *Expresso* que, não obstante o âmbito

legal da decisão de Rocha Pinto, a mesma *foi incorreta sob o ponto de vista político e até humano* (*Expresso* 1 de Maio de 1982, 12).

O cenário de duas centrais sindicais rivais a partilhar o mesmo espaço é adensado pela chegada de informação à PSP do Porto a denunciar, por um lado, o reforço dos efetivos sindicais para aquele dia, oriundos de Lisboa e, por outro, o armazenamento de matracas, tubos e correntes de ferro por parte de elementos próximos da USP. Estas informações, segundo as declarações do Major Ramos de Campos, chefe da Secção Técnica – Informações e Operações – do comando distrital da PSP do Porto, foram fornecidas por *fonte estatal de alta fidelidade* (USP 1983, 135). A gravidade da situação exigia a presença da PI, chefiada pelo 1.º comissário Magalhães Teixeira e pelo 2.º comissário Magalhães Lima, um dos responsáveis pelos acontecimentos vividos meses antes no Estádio da Luz, em Maio de 1981, aquando da vitória do Benfica no campeonato nacional.

Na noite de dia 30, véspera do dia do trabalhador, os primeiros registos de confrontos ocorrem entre as 21.30 e as 21.45, resultando de pequenas “escaramuças” junto ao palco da UGT (Praça Humberto Delgado) entre simpatizantes da Intersindical e as forças de segurança da UGT. Dá-se então uma primeira carga policial que culmina no estabelecimento de um cordão de segurança entre os apoiantes das centrais sindicais. O relatório da PGR menciona o lançamento de pedras contra esta linha, contrariado por ocasionais cargas contra os seus autores. Destas resultaram alguns feridos, em particular o subchefe José Gonçalves, *privado de oito dentes* (USP 1983, 94). No entanto, a grande parte das pessoas encontrava-se dispersa *pela Avenida dos Aliados, Praça da Liberdade e pelas ruas que*

dão acesso àqueles lugares, sem que manifestassem qualquer hostilidade às forças policiais ou ao espectáculo promovido pela UGT (idem, 93). Apenas a partir das 23.30, quando já havia terminado o espectáculo de variedades organizado pela UGT, é que ocorre a última carga policial, responsável por vários feridos e pela morte de duas pessoas.

A investigação do que terá ocorrido na madrugada do dia 1.º de Maio de 1982 começa por deparar-se pela não correspondência dos depoimentos de Ramos Rocha, autoridade máxima do comando da PSP do Porto, e de Magalhães Teixeira, comandante da PI, quer no que concerne a forma de execução da operação, quer no que respeita aos seus fins. Enquanto o primeiro afirma que o plano tinha *um objetivo imediato de dissuasão e de contenção das intenções*, o segundo defende que o objetivo era *«limpar» todo o local dos manifestantes que procuravam contrariar a realização do espectáculo da UGT (idem, 99).*

Findas as atividades promovidas pela UGT, a CGTP tenta improvisar um palco numa carrinha que começa a subir a Avenida. Fonte anónima, nunca identificada, informa um agente da PSP de pedras e cocktails molotov escondidos nesse mesmo veículo, anteriormente transportados por sujeitos afetos à Intersindical. Ao mesmo tempo, a deslocação de carrinhas da PI para a rua Sampaio Bruno (não para a Rua Magalhães Lemos, como havia sido delineada pelo plano operacional da PSP) é confrontada com apedrejamentos. Sem dar conhecimento a Ramos Rocha, Magalhães Teixeira emite ordens para que os respetivos comandantes da PI actuassem, passando o plano a ocorrer sob sua orientação. As cargas efetuadas na Avenida dos Aliados e na Praça da Liberdade visam manifestantes, jornalistas e demais pessoas que se encontrassem na rua. O relatório é perentório ao afirmar que os *elementos do*

Corpo de Intervenção agrediram indiscriminadamente todas as pessoas que se encontravam à sua frente, à bastonada e ao pontapé, e às vezes com obscenidades, independentemente do sexo e idade; quer arremessassem pedras ou nada fizessem; quer fossem em fuga ou simplesmente estivessem paradas, mormente abrigadas em paragens de autocarros ou nas soleiras dos prédios. Todos eram agredidos, muitas vezes de forma selvática e por mais de um elemento policial contra a mesma pessoa, mesmo que esta se encontrasse prostrada no chão e indefesa (idem, 104). A busca chega a estender-se ao banco do Hospital de Santo António, aonde carregam sobre familiares e amigos das vítimas que então chegavam às urgências.

Outros batalhões da PI dirigem-se para sul (Praça Almeida Garret e Estação de S. Bento), onde se deparam com alguma resistência, manifesta no lançamento de pedras, garrafas e paus. Foi neste contexto que as forças policiais recorreram ao uso de armas de fogo (inclusivamente de metralhadoras G3), tendo sido nesta zona (próxima da Praça Garret) que Pedro Vieira, de 24 anos, e Mário Gonçalves, de 17 anos, foram mortos: Pedro Vieira, atingido pelas costas, fruto de ricochete, e Mário Gonçalves, atingido na cabeça por um disparo realizado a poucos metros. De acordo com o relatório da PGR, a sua morte foi provocada por *lesões traumáticas crâneo-encefálicas, que foram produzidas por projétil de arma de fogo*, existindo fortes indícios nos autos que apontam a autoria do disparo a *um elemento graduado (Comando de Pelotão ou Comandante de Secção) do Corpo de Intervenção (idem, 112).*

O relatório esclarece igualmente que, ao contrário das afirmações produzidas pelo governo, fruto de uma reunião de urgência na Quinta da Marinha, não existirem quaisquer provas do lançamento de cocktails molotov e de disparos realizados por manifestantes, atos que, alegadamente, ha-

viam tornado inevitável a atuação das forças de segurança. Por sua vez, entre estas, os únicos ferimentos registados foram torções lombares, derivados do excessivo uso do cassetete (*Expresso* 1 de Maio de 1982, 12-13).

No dia seguinte, já sem a PI nas ruas, milhares de trabalhadores regressam ao centro dos acontecimentos, num ambiente de indignação, até raiva, mas sem qualquer registo de confrontos. Quatro dias volvidos, milhares de pessoas acompanhariam as urnas das vítimas mortais, a enterrar, no que Torres Couto descreveu como constituindo *uma passeata pelas ruas da cidade*. Pelas 16h30, trabalhadores de todo o país uniram-se num minuto de silêncio, apenas interrompido pelos silvos emitidos pelas sirenes de fábricas e das embarcações da Transtejo, juntos na homenagem aos que caíram (USP 1983, 65-70). Nesse mesmo dia, a Intersindical convoca uma greve geral para o dia 11 de Maio.

Conclusões provisórias

As demissões de Ângelo Correia (MAI), Rocha Pinto (Governo Civil do Porto) e Magalhães Teixeira (PI), embora tenham constituído uma reação ao quase estado de excepção declarado nas ruas do Porto, não conseguiram apagar o passado. Não obstante a frustração do plano de uma hegemonia sindical afeta à UGT no Norte do país, capaz de edificar o sonho marcelista de uma elite sindical tecnocrata mais avessa à rua do que à mesa de negociações, a campanha de difamação a que a Intersindical foi sujeita não deixou de produzir os seus efeitos. Na realidade, mais do que a própria central sindical, eram os próprios trabalhadores que eram intimados a adotar uma postura razoável,

equilibrada, própria da sua condição. No final, a campanha teve consequências, admitidas sem grande pudor.

Numa entrevista concedida ao programa *Clube de Imprensa* em torno dos acontecimentos verificados durante a greve geral do dia 12 de Fevereiro, Ângelo Correia concluiu ser necessária *a existência de uma só estrutura de informação, com capacidade para assegurar a segurança do Estado democrático, sendo a interligação entre os vários setores assegurados por um órgão*³. A revisão constitucional de 1982 viria, de facto, a considerar a criação de um sistema de informação nacional, instituído dois anos depois sob a sigla SIS, Sistema de Informações e Segurança.

Fontes:

[s./a.]. 1982. «A 'insurreição' de Ângelo Correia em 3,70 metros de telex», *O Dia*, 19 de Fevereiro de 1982.

[s./a.]. 1982. «A 'inventona'. Depressa se apanha um relatório 'coxo'...», *O Jornal*, 19 de Fevereiro.

[s./a.]. 1982. «Não confirmadas acusações de 'subversão' contra detidos no Parque Eduardo VII», *Diário Popular*, 10 de Fevereiro.

[s./a.]. 1982. «Polícia de 'cabeça perdida' e algumas 'cabeças partidas'», *O Dia*, 13 de Fevereiro.

[s./a.]. 1982. «Rossio, sexta-feira à noite: 'isto servia para vos enforcar a todos'», *O Diário*, 14 de Fevereiro.

Canedo, Rito. 1982. «Polícias, ordem pública e propaganda política», *O Diário*, 24 de Fevereiro.

CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 11 de Fevereiro de 1982, n.º 103, «Fui eu' - confissão de Ângelo Correia sobre a chamada do polícia espanhol», *Primeiro de Janeiro*, 14 de Fevereiro de 1982, 4.

³ CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 11 de Fevereiro de 1982, n.º 103, «Fui eu' - confissão de Ângelo Correia sobre a chamada do polícia espanhol», *Primeiro de Janeiro*, 14 de Fevereiro de 1982, 4.

CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 195, «Resultados», «Declarações de Torres Couto ao Telejornal do dia 7.2.82».

CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 189, «Contactos com entidades oficiais», Ofício do Gabinete do Ministro ao Secretário-geral da CGTP-Intersindical Nacional, 8 de Fevereiro de 1982.

Público, 4 de Fevereiro de 2011, «Primeiro-ministro diz que aceita críticas mas não vira a cara às dificuldades», http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/primeiroministro-diz-que-aceita-criticas-mas-nao-vira-a-cara-as-dificuldades_1510436.

Queiroz, José. 1982. «Uma noite de pânico», *Expresso*, 1 de Maio, 12-13.

USP. 1983. *Livro Branco sobre a Madrugada Sangrenta do 1.º de Maio 82 Porto*. Lisboa: Edições Um de Outubro.

Vieira, Joaquim. 1982. «Como vai responder o Governo ao desafio da Polícia?», *Expresso*, 1 de Maio, 12.

II. Paisagens imperiais e pós-imperiais